

# Marxismo e dilemas reais: análise da China na pandemia

OLÍVIA BULLA

**RESUMO:** Este artigo visa contribuir no debate que busca aproximar as Relações Internacionais ao Marxismo tendo como ponto de partida a atual crise do conhecimento, epistemológica e metodologicamente. Para tanto, apresenta-se um ensaio teórico-analítico sobre a guerra de narrativas na pandemia da covid-19, tendo a China como pivô, como forma de explorar a adaptação do pensamento marxista às dinâmicas geopolíticas contemporâneas, especialmente o confronto entre Estados Unidos e China.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marxismo. Relações Internacionais. China. Pandemia. Covid-19.



## Marxism and real dilemmas: analysis of China in the pandemic

**ABSTRACT:** This article aims to contribute to the debate that seeks to bring International Relations closer to Marxism, taking as a starting point the current crisis of knowledge, epistemologically and methodologically. For this, a theoretical-analytical essay is presented about the war of narratives in the covid-19 pandemic, with China as the pivot, as a way of exploring the adaptation of Marxist thought to contemporary geopolitical dynamics, especially the confrontation between the United States and China.

**OLÍVIA BULLA**

Doutoranda em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Jornalista Especialista em economia e mercado financeiro.  
E-mail: oliviabulla@gmail.com

**KEYWORDS:** Marxism. International Relations. China. Pandemic. Covid-19.

DATA DE ENVIO: 20/03/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 18/04/2025

## 1 Introdução

As Relações Internacionais e áreas afins, sendo a Economia Política Mundial a mais recente das disciplinas constituídas nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, são campos científicos ainda em formação e que se inserem em um contexto atual sobre a crise do conhecimento. O diagnóstico é de que a constituição dessas áreas do saber ainda estão em disputa, epistemológica e metodologicamente, e pressupõe, acima de tudo, uma epistemologia.

Santos (2009) afirma que “epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido” (p. 9). Assim, “diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias” (Santos, 2009). Nesse sentido, a teoria está sempre comprometida e, portanto, todo pensamento é sempre ideológico. Daí, então, comprehende-se que não há uma ciência neutra nem isenta.

Desde o século XVI, quando teve início a hegemonia europeia através do colonialismo, há também uma dominação epistemológica. São poucos os pensadores do Norte Global que dialogam com os intelectuais do Sul Global, com o conhecimento concebido neste campo metafórico e as formas próprias de saber sendo suprimidas pelas nações colonizadoras.

Dussel (2014) lembra que ao final do século XV, a Europa se encontrava completamente limitada pelos “muros do Império Otomano” (p. 203) e só poderia desbloquear seu isolamento pelo norte ou pelo ocidente. Foi assim que Portugal e Espanha deram início às grandes navegações com o descobrimento das caravelas em 1492 convertendo pouco depois o Oceano Atlântico em novo centro geopolítico.

Porém, essa relação desigual de saber-poder, ou “colonialidade do poder” (Quijano, 2000),<sup>1</sup> prevaleceu ao longo dos séculos seguintes, até chegar a este novo milênio. “Os intelectuais eurocêntricos do Norte Global seguem se relacionando com o Sul como

---

1 Conceito cunhado por Aníbal Quijano (2000) para descrever a persistência de estruturas de dominação impostas pelo colonialismo na organização do poder e do saber.

os missionários católicos do século XVI" (Grosfoguel, 2012, p. 338). Grosfoguel (2012) fala de uma hierarquia epistêmica global que se reproduz pelo mundo "por meio da globalização da universidade ocidentalizada" (p. 339), disseminando o pensamento hegemônico e as "múltiplas hierarquias de dominação e exploração global" (Grosfoguel, 2012).

Assim, o estudo interdisciplinar das Relações Internacionais e áreas afins (Filosofia Política, Sociologia, Geografia, História e Economia Política Mundial) configura-se como um dos grandes desafios teóricos e práticos no contexto contemporâneo, considerando-se esses campos do saber enquanto realidade concreta e como disciplina em seu caráter científico.

Para superar esses obstáculos, é preciso compreender a diversidade epistemológica do mundo, em especial a partir das epistemologias do Sul,<sup>2</sup> de modo a promover um diálogo intercultural que contribua com a produção de pensamento entre o norte e o sul do planeta. Santos (2009) chama esse diálogo entre saberes de "ecologia de saberes" (p. 7), que "tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico" (p. 45). Porém, o autor questiona o impacto de uma concepção que não concebe os conhecimentos em abstrato, mas antes como prática, sobre as instituições educativas, universidades, centros de investigação e pareceres técnicos. Isso porque a institucionalidade se constituiu como base da epistemologia do Norte Global, conferindo à ciência a exclusividade do conhecimento válido enquanto um vasto aparato institucional. "Foi ela que tornou mais difícil ou mesmo impossível o diálogo entre a ciência e os outros saberes" (Santos, 2009, p. 11). No entanto, "essa dimensão institucional, apesar de crucial, ficou de fora do radar epistemológico" (Santos, 2009).

Com base nesse entendimento, o presente artigo propõe discutir os desafios e oportunidades de fazer ciência nas Relações Internacionais Contemporâneas desde (e não para) o Sul Global

---

2 Conceito formulado inicialmente por Boaventura de Sousa Santos em 1995 e posteriormente re-elaborado em várias publicações (Santos, 2009, p. 12).

a partir da ótica das teorias marxistas. Para tanto, apresenta-se um ensaio teórico-analítico, de natureza qualitativa, a partir de um recorte específico, baseado em revisão crítica de literatura e análise de discurso.

O ponto de partida deste artigo é a existência de uma guerra de narrativas acerca da pandemia da covid-19, tendo a China como pivô. Considera-se que as várias formas de contar a história sobre as medidas de combate contra o novo coronavírus adotadas pelo governo chinês desde a descoberta da doença em Wuhan, na virada de 2019 para 2020, fomentam um debate que permite debulhar diversos temas, inclusive no âmbito das Relações Internacionais Contemporâneas, e expressam o confronto entre Estados Unidos e China, desde o período e em diante. A nosso ver, não se trata apenas de um mero conflito discursivo, mas de uma disputa acerca dos dilemas reais do mundo contemporâneo. É nessa perspectiva que se propõe refletir, a partir de uma abordagem qualitativa, baseada na revisão crítica e na análise de discurso, sobre o impacto do êxito da China na pandemia da covid-19 no atual confronto sino-americano.

Tal proposta visa explorar as limitações e potencialidades dentro de uma matriz disciplinar (Kuhn, 1996), o que torna fundamental o método de análise para que a ciência possa desempenhar seu papel crucial na resolução de problemas, por meio de uma interpretação histórica e material do campo (Bourdieu, 1974) através de uma reflexão crítica mais abrangente.

Nesse sentido, a opção pelo método de Marx, que se destaca pela análise crítica das relações de produção capitalista, é fundamental para as reflexões das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - entre elas, as Relações Internacionais - no contexto contemporâneo. Essa escolha se deve ao entendimento de que o conhecimento é elaborado dentro de um modo de produção e possui uma função política, passando por uma interpretação histórica e material do campo - portanto, enquanto um espaço hierarquizado socialmente.

A partir daí, comprehende-se que o pensamento oposto ao da Economia Política não é o pensamento econômico burguês nem a economia política marxista, mas sim o pensamento neoclássico.

Enquanto a Economia Política enfoca a economia a partir do problema da reprodução dos fatores de produção, a teoria neoclássica aborda isso do ponto de vista da alocação ideal de recursos, atravessando e determinando, senão todas, certamente as principais dinâmicas da vida e da morte do planeta. Tem-se então que, embora o econômico esteja intimamente relacionado ao político, essa inter-relação não é o elemento decisivo a ser discutido para focar nos problemas atuais da Economia Política. Há um predomínio das polaridades, suas dicotomias em diversas camadas: Norte *versus* Sul; Oriente *versus* Ocidente; capitalismo de Estado *versus* capitalismo neoliberal; socialismo *versus* capitalismo etc. Uma vez que não está dado como essa polarização irá evoluir nem quais novas teorias prevalecerão, é preciso considerar que a mudança de paradigma não é consciente.

Nesse sentido, vale mencionar que a Economia Política Mundial busca aproximar-se do caminho do Marxismo, indo na direção contrária à das Relações Internacionais, sendo que ambas constituem as mais recentes disciplinas nas Ciências Sociais e Humanas Aplicadas. O pensamento marxista, focado na crítica ao capitalismo, imperialismo e no movimento da história através da luta de classes foi marginalizado nas discussões de Relações Internacionais, mais voltadas às teorias realistas e liberais.

Portanto, há um diagnóstico de que a constituição do campo científico de ambas ainda está em disputa, epistemológica e metodologicamente. Segundo Kuhn (1996), nem todas as ciências estão suficientemente maduras a ponto de “funcionarem a partir de um único paradigma ou de um conjunto de paradigmas estreitamente relacionados” (p. 2024).

Esse entendimento leva em conta a atual crise do conhecimento e a dominação epistemológica do Norte Global nesta área do saber, com a teoria comprometida com seu respectivo pensamento ideológico e um conjunto de paradigmas estreitamente relacionados. Dessa forma, as dinâmicas globais (geopolíticas e econômicas) são vistas como fenômenos transitórios, relegando a importância da teoria marxista no âmbito da hegemonia das grandes potências e subestimando a profundidade analítica centrada na transcendência do Estado e na criação de uma sociedade comunista global.

No entanto, defende-se que a Economia Política no mundo atual está em um rápido processo de mudança, que é produto da necessidade de interpretação dos problemas da própria reprodução do sistema hegemônico e que obriga uma realocação dos saberes, rompendo com o pensamento que até agora tem mantido o monopólio nas universidades e no ensino da Economia Política (Hinkelammert, 1990). Dessa forma, busca-se afastar de análises fechadas a partir de eixos, com a produção de conhecimento acontecendo através da aproximação de dois pólos – o Norte Global e o Sul Global – bem como incorporar perspectivas inovadoras para o século XXI, como as questões climáticas e as novas tecnologias, uma vez que no cenário atual pós-pandemia surgem outras ameaças globais, diante da tendência do mundo de se deparar com “inimigos” comuns.

Daí, então, a importância do debate teórico que subjaz o método empírico do recorte específico acerca da China na pandemia da covid-19. Ao utilizar a revisão crítica de literatura e a análise de discurso para examinar a guerra de narrativas é possível verificar os paradigmas que se rivalizam dentro de um contexto histórico e lutam pela sobrevivência na sociedade e na comunidade científica. Diante desse cenário, é preciso assumir as formas mais complexas das teorias marxistas, adequando-as ao contexto atual e reexaminando a relevância contemporânea desse pensamento no âmbito das Relações Internacionais Contemporâneas.

Para tanto, é fundamental reconhecer que qualquer conhecimento é sempre contextual, tanto em termos culturais quanto políticos e econômicos, que guiam a sociedade. A referência, portanto, não é a teoria, mas a realidade concreta a partir da qual qualquer sistema teórico surge e para o qual deve retornar. Ou seja, com a constante dinâmica de verificação e apreensão do movimento real – material, dialético e histórico – de modo a construir a consciência do ser social (Marx; Engels, 1977 [1859]). Tal conscientização ontológica, que se contrapõe à ideologização vinculada às estruturas sociais alienadas e capitalistas, requer repensar conceitos, tanto na infraestrutura (modo de produção social e material) quanto na superestrutura (jurídica, política e espiritual).

Somente a superação dessa falsa consciência e da luta contra a ideologização, ditada atualmente pelo Norte Global, é capaz de tornar a teoria e a produção de conhecimento no campo das Relações Internacionais e áreas afins enquanto parte integrante da ação coletiva, ao invés de se imaginar o real como resultado do pensar do indivíduo. Trata-se de um fator fundamental para compreender não apenas a Economia Política, mas, acima de tudo, a produção de conhecimento científico. É a partir desse entendimento que este artigo avança para a próxima seção.

## 2 O problema do método

Pensar nas interseções entre o Marxismo e as Relações Internacionais é discutir a partir de uma perspectiva que antecede uma teoria, uma disciplina, uma área ou mesmo um campo. Para tanto, é preciso analisar o saber no interior de uma produção específica de conhecimento, que deriva de uma atividade de resolução de problemas de forma científica. Daí, então, a importância do método para a verificação dos paradigmas que se rivalizam dentro de um contexto histórico e lutam pela sobrevivência na comunidade científica. Não se trata, porém, de qual paradigma tem razão (poder), mas sim qual irá resolver o problema, de forma crítica, reconhecendo uma dialética entre Economia e Política.

Isso porque o objeto da pesquisa tem existência objetiva e não depende do sujeito (nem do pesquisador) para existir. Esse entendimento de natureza ontológica altera a maneira de enxergar a realidade, captando sua essência – ou seja, o movimento do objeto no real - e não apenas a aparência, que se apropria do concreto a partir de orientações e da experiência social, revelando somente abstrações.

Por isso, Marx (2011) afirma que se deve partir do “concreto”, tido como a “síntese de múltiplas determinações” (p. 54) e, portanto, “unidade da diversidade” (Marx, 2011). Ao fazer assim, “o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado” (Marx, 2011), permitindo compreender que a totalidade é maior do que a soma das partes e também reproduzir teoricamente a dinâmica e a estrutura de determinado objeto. Com isso,

o método de Marx permite captar o caráter ideológico do pensamento, visto enquanto comprometido à ordem social reinante e sua lógica interna.

Segundo Netto (2011), a perspectiva crítica do método de Marx consiste em trazer ao exame racional a verificação dos conteúdos do conhecimento acumulado a partir de processos históricos reais, tornando-os “conscientes” e reconhecendo os “seus fundamentos, seus condicionamentos e seus limites” (p. 18). Só assim é possível “apoderar-se da matéria” (Netto, 2011, p. 26).

No caso do fazer ciência desde o Sul Global, o principal limite é de que não vivemos em um mundo horizontal de relações culturais. Ao contrário, existe uma verticalidade nessas relações interculturais – isto é, entre dominados e dominantes, entre colonizados e colonizadores – que impõe desafios epistemológicos. As Relações Internacionais Contemporâneas tornam-se inescapáveis nesta discussão. Afinal, os privilégios do Norte, a partir da exploração e dominação da colonialidade global, afetam a comunicação, a interculturalidade e o diálogo com o Sul, em meio às desigualdades de poder e às cumplicidades do Norte em relação à exploração do Sul. É por isso que Santos (1995) estabelece que uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul (Santos, p. 508, apud Santos; Meneses, 2009, p. 9).

Reconhecer que vivemos em um mundo em que as relações entre culturas se realizam verticalmente é o primeiro passo para libertar as potencialidades de fazer ciência desde o Sul Global. Kuhn (1996) afirma que, no desenvolvimento da ciência há uma luta entre as comunidades produtoras e legitimadoras do conhecimento na solução de problemas, o que dá início a um tipo de prática orientada para a solução de quebra-cabeças (p. 222). Porém, somente quando há uma transição do período pré-paradigmático em direção à maturidade é possível haver uma resolução desses quebra-cabeças. Assim, Kuhn (1996) afirma que os cientistas não têm a intenção e mesmo se recusam a enfrentar todo e qualquer problema, deixando de lado as “anomalias” ou “quebra-cabeças não solucionados”.

Segundo conceitos do autor, as soluções concretas de problemas são exemplares de paradigmas, ou “compromissos conceituais, teóricos, instrumentais e metodológicos” que guiam a pesquisa científica. Daí porque, “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens [sic] que partilham um paradigma” (Kuhn, 1996, p. 219). Por isso, Kuhn reconhece que o termo “paradigma”, que aparece de forma circular no livro *A estrutura das Revoluções Científicas*, é “inapropriado” (p. 226) e sugere, então, “matriz disciplinar” (Kuhn, 1996).

Como já dito, as Relações Internacionais e áreas afins são, antes de tudo, uma ciência que não está suficientemente madura a ponto de funcionar a partir de um único paradigma, ou mesmo de um conjunto de paradigmas relacionados. Por isso, operar dentro de uma matriz disciplinar requer a produção de uma ciência social de novo tipo, reconhecendo as estruturas dinâmicas que definiram a produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, as crises e contradições da conjuntura atual, tomando uma posição consciente para superá-la e transformá-la. Ou seja, requer pensar a ciência a partir do Sul Global.

Dito isso, defende-se que é imprescindível mais originalidade teórica aos acadêmicos, pesquisadores e profissionais das áreas de Relações Internacionais e afins, debatendo sobre as possibilidades futuras e tendo a análise concreta da realidade concreta como prioridade, ainda que haja referência e diálogo com o conhecimento acumulado. A estratégia orientadora não deve ser a mentalidade de “voltar aos negócios como sempre”. Ao contrário, deve-se partir do futuro, não do passado.

Assim, produzir conhecimento neste campo do saber consiste, primeiro, em compreender que essa produção científica deve ocorrer através da aproximação de dois pólos: o Norte Global e o Sul Global, pressupondo o reconhecimento recíproco dos eixos setentrional e meridional do globo para enriquecimento mútuo dos saberes em um mesmo espaço planetário. Afinal, o “ser social é que determina a consciência” (Marx, 1977, p. 301). Isso significa que a ideologia é, sempre e necessariamente, uma consciência falsa, vinculada a estruturas sociais alienadas e capitalistas às

quais impedem uma ordem social sem caráter ideológico. Por isso, “é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (Marx, 1977) para a superação dessa consciência falsa.

Daí porque deve haver maior integração do pensamento marxista nas discussões das Relações Internacionais, indo de encontro às teorias realistas e liberais. Tal conscientização, que se contrapõe à ideologização, necessita, acima de tudo, desfazer o fetiche (do latim feito) criado pelo capitalismo, para que a teoria tenha um potencial normativo. “O fetichismo consiste em um mecanismo cognitivo pelo qual o momento fundamental se oculta em uma relação e só aparece superficialmente” (Dussel, 2013, p. 141).

Segundo Dussel (2013), é isso que faz com que haja uma totalização deste sistema econômico, o qual tem um papel de glorificação por sugerir não haver nenhuma alternativa, dando às “coisas” vida própria. “Este fetichismo é consequência de um individualismo metafísico que se esqueceu da comunidade como ponto de partida, onde o singular está sempre integrado” (Dussel, 2013, p. 142). O autor defende (Dussel, 2006) que quando o poder se manifesta como afirmação da subjetividade, trata-se de um poder fetichizado. Esse processo de fetichização do poder, ou seja, quando o poder é separado da comunidade política, se transforma em poder estranhado, alienado e em instituições corrompidas.

Assim, propõe-se, a partir do ferramental teórico-metodológico das perspectivas marxistas, uma reflexão teórica sobre a economia política marxista como um instrumento capaz de analisar e resolver os problemas decorrentes do desenvolvimento das sociedades capitalistas, diante das complexas mudanças na situação atual da política econômica mundial. Dentre as sugestões de aplicação, este artigo explora a adaptação do pensamento marxista às novas realidades geopolíticas e econômicas, diante da ascensão da China enquanto potência mundial e da persistência de crises no capitalismo global. Assim, o debate teórico tem como contexto a atual ordem geopolítica, com os EUA ainda na posição hegemônica no mundo, mas tendo a ascensão chinesa como um desafio ao que foi estabelecido desde o Segundo pós-Guerra.

A proposta é trazer novos elementos a essa reflexão, buscando estudar o fenômeno não enquanto uma sobreposição de forças, dando lugar a um novo Estado hegemônico, nem, em outro extremo, um jogo de soma zero. A intenção é romper com a interpretação mecanicista de hegemonia e dominação imperialista, oferecendo uma compreensão do fenômeno no qual a atual ascensão chinesa não requer, necessariamente, a perda absoluta de dinamismo estadunidense.

Compreende-se que a hegemonia dos EUA se dá pela superioridade militar, monetária e tecnológica, e que esses “impérios” caem devido à mudança na força relativa em um desses poderes - ou nos três. A velocidade de declínio desse poderio pode até ser administrada, mas é incapaz de conter a perda de dinamismo.

Yu (2022) defende que a exportação de papel moeda após o colapso do padrão-ouro de Bretton Woods, em agosto de 1971, é a característica-chave do Neoimperialismo. No entanto, o autor afirma que o fim dessa última etapa do imperialismo e o posterior desaparecimento completo do capitalismo não são inevitáveis nem estão distantes. Citando Wallerstein (2012, p. 10), Yu (2022) sustenta que o “poderoso império” dos EUA, assim como os impérios do passado, entrarão em colapso por dentro, devido a sua excessiva expansão para fora e buscando ostentar sua superioridade, como se os problemas pudesse ser resolvidos através de esforços para fortalecer a hegemonia. Wallerstein (2012) também afirma que a única certeza em uma crise estrutural é de que não é possível manter o sistema existente. No entanto, o autor alerta que não se pode prever qual sistema irá sucedê-lo.

Todo imperialismo, por mais forte que seja econômica e militarmente, é fadado a cair no final, porque vai ao encontro da tendência da história, e terá pouco apoio para promover uma causa injusta (Wu, 2006 [*In Chinese*], apud Yu, 2022, p. 10).

Dito isso, o presente artigo consiste em um ensaio teórico-analítico, cujo percurso metodológico estrutura-se na abordagem qualitativa, articulando análise de discurso e revisão crítica da literatura especializada. Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado com caráter técnico-científico de coleta, leitura

e interpretação do material analisado para investigar a existência de uma guerra de narrativas na imprensa durante a pandemia da covid-19, tendo a China como pivô, e, a partir daí, desenvolver uma discussão sobre dilemas reais das Relações Internacionais Contemporâneas.

A partir das teorias da Comunicação é possível detectar o que a guerra de narrativas revela do ponto de vista deste novo campo em formação, tornando-se, então, uma questão interdisciplinar que está no interior de uma produção específica de conhecimento e que deriva de uma atividade de resolução de problemas de forma científica. O recurso metodológico baseia-se na análise comparativa entre o que foi relatado no noticiário brasileiro sobre a doença na China e as medidas de combate adotadas pelo governo chinês até a declaração de fim da pandemia.

Os dados oficiais da OMS sobre o total de infectados, de óbitos e de vacinados na China e em relação ao mundo servem de parâmetro para essa comparação. A seleção do material se dá a partir da comparação entre o relato no jornal *O Globo* de um jornalista profissional *in loco* no país asiático desde outubro de 2020 até maio de 2023, e as informações oficiais, seja do governo chinês ou da OMS, desde as primeiras informações sobre o que era, inicialmente, uma pneumonia de causa desconhecida. Essa técnica de análise permite identificar semelhanças e diferenças entre os mais diversos discursos. A discussão sobre a análise teórica a partir do método aplicado é apresentada a seguir.

### **3 Aplicação da teoria marxista na realidade pós-pandemia**

A crise sanitária no início da segunda década do século XXI provocada pela pandemia do novo coronavírus desencadeou um colapso na economia global, que desafiou os modelos contemporâneos vigentes, bem como os mecanismos organizacionais, administrativos e a estrutura de poder na sociedade. Ao mesmo tempo, a resposta chinesa a essa crise de proporções mundiais desafiou a ideia de “fim da história” declarada por Fukuyama (1989), trazendo à tona a atual disputa entre EUA e China, que transcende a discussão sobre capitalismo e socialismo por delinear uma reconfiguração da ordem mundial reinante.

A crise sanitária global ilustrou que quando o mundo se depara com um inimigo comum e letal, exógeno aos ciclos econômicos, a eficácia e eficiência tanto no controle imediato quanto na posterior prevenção e subsequente recuperação passa pelo sistema político e modelo de produção. (Peneluppi; Bulla, 2022, p. 243-244).

Além disso, a pandemia da covid-19 intensificou a discussão no mundo sobre sustentabilidade (Bulla et al., 2022), que já vinha pautando as relações internas e externas dos países, à medida que os seres humanos se tornaram mais vulneráveis a doenças, com graves consequências sanitárias e econômicas. Entende-se que a ligação direta entre os desastres ambientais e climáticos, de um lado, e a cultura do hiperconsumo e o desenvolvimento das forças produtivas, de outro, obriga a repensar as formas de exploração atual dos recursos finitos (naturais e do trabalho social) diante da infinitude das necessidades humanas. Portanto, há uma urgência na implantação de práticas sustentáveis, considerando-se o estágio atual de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico mundial deste século.

A China foi o primeiro país no mundo a ser paralisado pela doença causada pelo novo coronavírus. Embora a descoberta do vírus (SARS-CoV-2) tenha ocorrido ali, isso não significa que teve origem no país. Ao contrário, a única afirmação correta é que a China foi o primeiro a detectar casos da doença, identificando seu agente infeccioso. A data de início dos sintomas do primeiro paciente com suspeita de covid-19 foi em 1º de dezembro de 2019 em Wuhan (Huang et al., 2020, p. 500).

Ainda assim, a resposta chinesa a essa crise sanitária de proporções mundiais foi apoiada por uma estrutura que envolve planejamento de longo prazo com financiamento público para a construção das instituições nacionais e desenvolvimento de um mercado interno escolarizado com poder de compra e de produção (Lobato, 2020). “O resultado foi uma resposta sanitária completa: socialmente na contenção dos contágios e tecnologicamente nas várias fases de enfrentamento do antígeno” (Lobato, 2020, p. 303).

Por isso, o debate sobre o novo coronavírus oferece a oportunidade de descrever o que foi, de fato, a ação do governo chinês

na luta contra a doença até então desconhecida, evidenciando o sucesso da ditadura da democracia popular (Mao, 1940) e do socialismo de mercado com características chinesas (Deng, 1994), contemplando analiticamente a linha ideológica e discursiva oficial do Partido Comunista da China (PCCh).

Nesse sentido, a pandemia foi um teste constante da liderança e do PCCh, que assumiu não apenas a responsabilidade técnica pelo controle do vírus, mas também a missão de manter a coesão nacional e reafirmar seu protagonismo como guardião da estabilidade interna. Ao mesmo tempo, o Partido Comunista chinês percebeu que a pandemia da covid-19 acelerou a transformação do cenário global, trazendo significativo aumento das incertezas e o surgimento de novos desafios. Esse ambiente internacional mais complexo levou o Partido “a manter um foco equilibrado tanto na situação estratégica geral para o rejuvenescimento da nação chinesa quanto nas mudanças importantes não vistas em um século varrendo o globo” (CCTP, 2021, p. 682).

Lobato (2020) lembra que grandes mobilizações para enfrentar desafios comuns “fazem parte da dinâmica de revoltas populares, espírito nacionalista e senso de sacrifício que marcam o movimento histórico chinês, com especial repercussão para os membros do Partido Comunista” (p. 304). Por isso, “a pandemia é amplamente vista como tendo fortalecido o sentido de união do povo chinês, com a baixa letalidade e o contágio dentro do país reforçando a legitimidade do governo chinês” (Lobato, 2021, p. 396).

Dados da Organização Mundial da Saúde<sup>3</sup> e estudos recentes de monitoramento global (Vital Strategies, 2021; Global Public Health, 2020) sustentam essa afirmação. A China Continental,<sup>4</sup> onde foram aplicadas as estratégias de combate resumidas em quatro etapas (testagem em massa, rastreamento, isolamento social e tratamento), confirmou quase 5 milhões de casos do novo coronavírus e registrou pouco mais de 100 mil óbitos por covid-19 entre o início da detecção dos casos até o fim da política

---

<sup>3</sup> OMS, 2024.

<sup>4</sup> Exceto Hong Kong e Taiwan.

de “Covid Zero”<sup>5</sup> e remoção da classificação da doença enquanto tipo A.<sup>6</sup> Esses números oficiais do até então país mais populoso do mundo, com aproximadamente 1,4 bilhão de habitantes, representaram 0,64% e 1,45%, respectivamente, dos mais de 770,5 milhões de casos globais e quase 7 milhões de mortes totais pela doença no mundo até o fim da pandemia, em maio de 2023 (OMS, 2020). Desse total mundial, cerca de 15% dos casos e óbitos foram registrados somente nos EUA, onde houve mais de 100 milhões de infecções e de 1,1 milhão de mortes confirmadas. No Brasil, onde a subnotificação era de aproximadamente 20%, houve o registro de 37,7 milhões de casos oficialmente e quase 705 mil mortes desde 3 de janeiro de 2020.

No âmbito sócio-econômico, em 2020, ano de eclosão dos casos no mundo, a economia chinesa conseguiu evitar uma recessão técnica, enquanto os EUA e as principais economias ocidentais - Brasil, inclusive - acumularam dois trimestres seguidos de queda do Produto Interno Bruto (PIB), com taxas negativas de dois dígitos no período de seis meses. A China, por sua vez, foi a única grande economia no mundo a crescer no primeiro ano da pandemia, com expansão de 2,3%, segundo o Escritório Nacional de Estatísticas (NBS, na sigla em inglês), com o PIB totalizando US\$ 15 trilhões (US\$ 10,4 mil per capita). Depois, o país entrou em uma típica recuperação sob a forma de “V”, com o crescimento do PIB chinês em 2021 acelerando a 8,4% ( dado revisado pelo NBS).

Esse movimento de recuperação foi seguido de uma estabilização da atividade econômica e posterior desaceleração no decorrer de 2022, ao passo que avançavam as medidas de combate contra a pandemia no âmbito da política dinâmica de Covid Zero, que permaneceram vigentes até janeiro de 2023. Ainda assim, desde o início da pandemia até o terceiro trimestre de 2022, a economia

5 Política de saúde pública adotada pelo governo chinês durante a pandemia da covid-19, com diversas estratégias de combate envolvendo medidas de controle à disseminação do vírus.

6 A China utiliza um sistema de três níveis para a classificação das doenças infecciosas, sendo que cada um possui medidas de prevenção e controle com respostas específicas. A classe A, a mais perigosa, inclui apenas a cólera e a peste; a classe B inclui SARS, AIDS e tuberculose; enquanto a classe C inclui a gripe e a papeira.

chinesa havia crescido quase quatro vezes mais rápido do que os EUA e cinco vezes mais que a União Europeia (UE).

Já em termos sociais, em pleno primeiro ano da pandemia, a China cumpriu a meta de eliminação da pobreza extrema, retirando cerca de 800 milhões de pessoas da miséria absoluta ao longo de 40 anos, sendo que nos últimos oito anos – ou seja, sob o comando do atual presidente Xi Jinping – cerca de 100 milhões de habitantes rurais carentes foram retirados dessa situação. Com isso, a China tornou-se uma sociedade moderadamente próspera<sup>7</sup> em 2020.

No entanto, o discurso da imprensa convencional (*mainstream*), pautada pelos meios de comunicação do eixo anglo-europeu, em especial suas agências de notícias (Reuters, Bloomberg e BBC), encobriu esse êxito da China no enfrentamento à pandemia, criando diferentes narrativas. Ao mesmo tempo, ocultou o fracasso dos EUA e, de maneira geral, da democracia liberal burguesa e do capitalismo financeirizado no combate à covid-19. Nessas sociedades, houve a preferência por “aprender a conviver com o vírus” (Peneluppi Jr.; Bulla, 2021) e prevaleceu a necropolítica (Mbembe, 2016), com os governos federais e estaduais dos chamados países ocidentais promovendo políticas e ações através das quais administravam a morte. Além disso, os respectivos bancos centrais deram ênfase em conter os impactos econômicos e financeiros da doença.<sup>8</sup>

Essa análise da cobertura da imprensa sobre a pandemia da covid-19 na China leva em conta o conhecimento prévio da pesquisadora nos estudos de análise de discurso no âmbito das Ciências da Comunicação, permitindo cruzar temas-chave e questões interdisciplinares.

---

7 Em 2012, os líderes chineses estabeleceram como meta concluir a construção de uma “sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos” até 2020, quando o Produto Nacional Bruto (PNB) e a renda média per capita das áreas urbanas e rurais dobrariam em relação aos números de 2010.

8 Liderados pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), os bancos centrais promoveram uma injeção de recursos sem precedentes no sistema financeiro, sendo que o Fed expandiu seu balanço de pagamentos para a inédita marca de US\$ 10 trilhões. Além disso, houve a adoção de taxas básicas de juros negativas (nominais e reais, descontadas a inflação). No Brasil, a Selic alcançou o mínimo histórico de 2% em agosto de 2020.

No entanto, é uma condição prévia deste artigo o entendimento de que “talvez nenhum país tenha tão deturpada sua realidade pela mídia mundial quanto a China” (Pomar, 2009, p. 9), na qual “a doutrina da propaganda americana tem transformado cada fato da vida chinesa numa versão dos pontos de vista dos Estados Unidos” (Pomar, 2009). Ou seja, uma avaliação crítica e isenta da China tropeça em um emaranhado de informações manipuladas, tornando o país manchete na imprensa internacional “dependendo dos humores e interesses de círculos influentes norte-americanos” (Pomar, 2009, p. 21). Ao fazer assim, as visões do Ocidente alimentam um imaginário sobre um mundo chinês inventado, relegando na análise os desafios internos e os problemas externos - e, portanto, os dilemas reais e as contradições materiais do mundo atual.

Ainda assim, tal pressuposto antecede à declaração do autor (Pomar, 2009), pois não é de agora que se sabe que a imagem da China no Ocidente é marcada pela massiva difusão de notícias e análises tão pretensiosamente verossímeis e que costumam ser aceitas, seja qual for o espectro ideológico. No que se refere ao objeto de análise deste artigo, chama a atenção que a revista *Global Media and China* (2021) dedicou uma edição à cobertura da pandemia na mídia de três países (EUA, Reino Unido e Austrália) e outras duas regiões (Hong Kong e Europa Central e Oriental, com 17 países), visando capturar as variações nos padrões do noticiário sobre a forma como a China lidou com a covid-19.

No editorial, Zhang (2021) fala sobre os “vários contos” sobre uma mesma cidade (Wuhan) e como as narrativas da mídia servem como indicadores para a percepção global da China. O estudo da edição especial, que teve início em abril de 2020, teve foco na representação da mídia sobre como os esforços da China para conter a disseminação do vírus são percebidos pela imprensa global. Tais questões são centrais e “têm um grande impacto na imagem da China entre os públicos midiáticos” (Zhang, 2021, p. 4).

Por isso, a autora destaca a importância da contextualização dos fatos como base para estabelecer a relação entre a cobertura da mídia sobre a crise sanitária global e a construção/modelagem da imagem da China na luta contra o vírus. Porém, os contrastes

que emergiram por meio dos estudos de caso da publicação, dividida em seis partes, indicam que a modelagem de imagem do país asiático varia não apenas de região para região, ou entre diferentes países, mas também entre diferentes grupos de interesse e dentro de diferentes esferas de influência.

Desse modo, assumir a narrativa da imprensa como “a verdade dos fatos” é tão arriscado quanto considerar o discurso oficial – do governo chinês, principalmente – como “certo” ou “verdadeiro”. Em ambos os casos, há uma simbiose entre precisão e subjetividade e nenhum deles são tão cartesianos quanto nas Ciências Exatas, com as formações discursivas e ideológicas se materializando no discurso e sendo simbolizadas no texto. Há, portanto, uma guerra de narrativas.

Esse entendimento reforça a escolha da análise empírica acerca da pandemia da covid-19, tendo a China como pivô, considerando-se que “quando começa a guerra, a primeira vítima é a verdade”. Bucci (2009) explica que, embora não conste nenhum registro, tal citação é atribuída ao senador republicano Hiram Warren Johnson (1866-1945), que inspirou o livro histórico sobre a cobertura de guerras “A primeira vítima”, do jornalista inglês Phillip Knightley, de 1975. Porém, o autor lembra que, muito antes disso, na revista *The Idler* (edição de 11 de novembro de 1758), Samuel Johnson escreveu: “Entre as calamidades da guerra, pode-se citar o declínio do amor à verdade”.

Contudo, a autoria da frase não é tão importante, mas sim a ideia. Segundo Bucci (2009), a suposta verdade jornalística não é sacrificada após o início das batalhas, mas antes, com o estrangulamento do jornalismo e, portanto, da imprensa, sendo não uma consequência, mas uma premissa das guerras. Por isso, a frase correta, talvez, fosse: “A guerra só pode ter início quando a verdade (jornalística) já foi vitimada”. Não se trata da verdade em geral, “mas da verdade possível de ser construída segundo o ferramental prático do jornalismo”.

Dito isso, também é importante compreender como a comunicação e seus usos são fundamentais aos detentores do capital, organizando, construindo e transformando redes de sentido em um mundo do trabalho em constante mudança. Ainda mais

quando se considera as transformações tecnológicas nas duas primeiras décadas do século XXI, com os processos de trabalho na gestão capitalista mobilizando-se “sob princípios e orientações de agentes capitalistas articuladores de visões de mundo unilaterais a favor de seus interesses comerciais e políticos” (Figaro, 2024, p 22). Portanto, seja nas coberturas jornalísticas ou nas pesquisas científicas, analisar a China pelo que os próprios chineses dizem sobre eles mesmos é um passo importante em qualquer análise sobre o país feita para inserir a ótica do Outro, dialogando com o diferente e permitindo compreender como as relações de poder são significadas no discurso.

Ou seja, estudar a China pelas lentes chinesas, indo além das teorias e do pensamento ocidental, não se trata de uma escolha metodológica, mas de uma seleção consciente que modifica os resultados da pesquisa. Como lembram Engels, Marx (2007), “as ideias da classe dominante são as ideias dominantes” (p. 72) e a comunicação se vê acorrentada à ordem social reinante.

É por isso que as diferentes versões na imprensa acerca da doença na China desde a descoberta do novo coronavírus, em Wuhan, na virada de 2019 para 2020, e das medidas de combate adotadas pelo governo chinês até a reabertura total do país asiático, em janeiro de 2023, fomentam um debate que permite debulhar diversos temas, inclusive no âmbito das Relações Internacionais Contemporâneas.

A hipótese é que a guerra de narrativas contém uma disputa discursiva acerca dos dilemas reais da Economia Política, com as diferentes versões inserindo-se no conflito sino-americano e sendo um sintoma dos novos contornos desse confronto desde a pandemia e no período em diante, à medida que a China assume um papel de liderança global cada vez mais importante neste século.

Tais elementos se constituem como indícios da perda de dinamismo hegemônico estadunidense em curso, evidenciando uma crise sistêmica mundial e que, a nosso ver, exige uma alternativa sistêmica. Por isso, tal hipótese subjaz um debate teórico, perpassando por dicotomias que são desdobramentos do atual conflito entre EUA e China, tais como: capitalismo *versus* socialismo;

democracia *versus* autocracia; Sul *versus* Norte; Oriente *versus* Ocidente; “novo normal” e o mundo pós-pandemia; “convite chinês” ao desenvolvimento e “brasilianização” (Hochuli, 2021) do mundo, entre outras camadas.

A nosso ver, essas dicotomias partem de análises fechadas derivadas do conceito de hegemonia, da Grécia Antiga, que se refere à liderança de um povo sobre outros, denotando coerção e persuasão de um país, com influência em diversas áreas, especialmente em termos econômicos, políticos, culturais e militar. A intenção desta reflexão crítica, sob a ótica do pensamento marxista, é resgatar o conceito dos historiadores de *Pax* para descrever o status maior de um país no mundo e um período marcado por ordem, estabilidade próspera e expansão. Dessa forma, esse movimento dialético realça as contradições materiais da Economia Política Mundial, visando clarear a própria dinâmica da sociedade em que as condições de existência, objetivas e subjetivas, do ser social estão inseridas em uma relação recíproca determinada historicamente.

Men (2021) afirma que apenas quatro países já foram descritos com uma posição dominante, sendo que a *Pax Sinica*, referente ao papel da China na Ásia Oriental durante a Antiguidade, antecedeu a *Pax Romana*, como é identificado o período do imperialismo romano (27 AEC a 180 EC), e também as *paxes Britannica* e *Americana*, nas eras moderna (1815-1914) e contemporânea (1945 em diante). No entanto, ao contrário do que se viu no Ocidente, a partir da formação do Eurocentrismo como padrão de poder mundial desde o século XV, em reação à tomada de Constantinopla pelo Império Otomano em 1453, não houve na China ideais imperialistas, ao menos no sentido de etapa superior do capitalismo (LÊNIN, 1916). Já o projeto de Modernidade Ocidental, tendo a Europa como eixo inicial após o desenvolvimento econômico pela priorização do comércio exterior e os muitos “impérios” (português, espanhol, holandês e britânico) ultramarinos, foi marcado por relações de subordinação/exploração com suas periferias e avançou até a ascensão dos EUA com o fim das duas grandes guerras do século XX, com o imperialismo entrando em uma nova etapa a partir da década de 1970.

No momento atual, o distanciamento temporal desde o início da pandemia permite compreender as diferentes posturas dos principais países do mundo frente ao “novo normal” pós-pandemia. Esse entendimento, aqui apresentado, interpõe uma discussão capaz de mostrar os diferentes caminhos de modelo econômico e de sistema político pelos quais avançam, sobretudo, EUA e China, em direção a meados do século XXI, impondo desafios para além do eixo Norte-Sul Global.

#### **4 Considerações finais**

A pandemia colocou mais um elemento para ser medido na disputa entre potências globais: a capacidade produtiva e de organização social necessárias para manter a segurança sanitária nacional e, em último caso, a soberania. Assim, o momento pós-covid-19 propicia a rediscussão de questões coloniais da historicidade sobre as respostas a ameaças globais, como a dependência da ciência (e do saber científico) a partir dos países imperiais.

Nessa perspectiva, este artigo mostrou que a pandemia marca uma nova fase do desenvolvimento da China e da ciência global. A partir da guerra de narrativas, tratou-se de dilemas reais no âmbito das Relações Internacionais Contemporâneas, em uma discussão que vai além da política pública sanitária em si ou da imunização (vacinação) comparada.

Ao final, mostrou-se que análises distorcidas podem ser desmentidas pelos fatos a partir da realidade concreta e de uma compreensão do sujeito enquanto objeto empírico. Tal método reafirma o potencial do marxismo como instrumento crítico para iluminar a leitura dos dilemas contemporâneos, superando visões eurocêntricas e contribuindo para o diálogo entre epistemologias do Norte e do Sul.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BUCCI, Eugênio. Informação e guerra e serviço do espetáculo. In: BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

BULLA, Olívia et al. A sustentabilidade como valor agregado na relação Brasil-China. **Sustentabilidade**: Diálogos Interdisciplinares, v. 3, p. 1-13, 2022. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/sustentabilidade/article/view/5568>>. Acesso em 9 mar. 2025.

CCTP – CENTRAL COMPIALATION & TRANSLATION PRESS. **A Concise History of the Communist Party of China**. CCTP, 2021.

DENG, Xiaoping. **Selected Works**. Volume III (1982-1992). Foreign Language Press, 1994.

DUSSEL. **Filosofía del Sur y Descolonización**. Buenos Aires: Docência, 2014.

DUSSEL. **16 tesis de economía política**. Buenos Aires: Docência, 2013.

DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FIGARO, R. et al. A comunicação e o mundo do trabalho entrelaçados às transformações tecnológicas capitalistas do nosso tempo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 23, n. 46, 2024. Disponível em: <<https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1039>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocéntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 337-362, jul./dez. 2012.

HINKELAMMERT, Franz J. **Democracia y totalitarismo**. 2. ed. Colección Economía-teología. San José, Costa Rica: DEI, 1990.

HOCHULI, A. The Brazilianization of the World. **American Affairs**, v. 5, n. 2, p. 93-115, Summer 2021.

HUANG, Chaolin, et al. Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. **The Lancet**, v. 395, p. 497-506, 15 fev. 2020.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**, [posfácio], São Paulo: Perspectiva, 1996.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Lisboa-Moscovo: Edições Progresso, 1984 [1916].

LOBATO, André. China: soberania e descolonização da resposta sanitária. In: BUSS, Paulo M., FONSECA, Luiz E. (eds.). **Diplomacia da saúde e Covid-19**: reflexões a meio caminho [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora Fiocruz, 2020, p. 303-316.

LOBATO, André. China: soberania e descolonização da resposta sanitária II. In: BUSS, Paulo Marchiori; BURGER, Pedro (org.). **Diplomacia da saúde: respostas globais à pandemia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021, p. 395- 407.

MAO, Tse-Tung. **Selected Works. Volumes I a V**. Pequim, China: Foreign Languages Press, 1940.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Prefácio à contribuição à crítica da Economia Política**. Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977 [1859].

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

MEN, Honghua. **China and the world in the New Era**. Beijing: China Intercontinental Press (CIP), 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *WHO COVID-19 dashboard* [Internet]. Geneva: World Health Organization, 2024. Disponível em: <<https://data.who.int/dashboards/covid19/cases?n=n>>. Acesso em 23 jan. 2025.

PENELUPPI, J. Renato Jr.; BULLA, Olívia. **China's combat against Covid-19: crisis management under analysis**. ICONPO Conference Paper, 2021.

PENELUPPI, J. Renato Jr.; BULLA, Olívia. Socialismo de mercado: eficácia da resposta da China à pandemia da Covid-19. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 22, 2022.

POMAR, Wladimir. **China**: desfazendo mitos. São Paulo: Página 13; Publisher Brasil, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Edgardo Lander (ed.) **Colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. CLACSO: Buenos Aires, 2000.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. A crise estrutural no sistema-mundo: para onde vamos a partir daqui? **Via Atlântica**, v. 1, n. 21, p. 15-26, 2012.

YU, C. Bin. Neoimperialismo, etapa final do Imperialismo. **Cuadernos de Nuestra América** (Nueva Época), n. 2, 2022.

ZHANG, Xiaoling. Editorial: One City, Many Tales: Covid-19, perception, and the importance of contextualization (Parte One). **Global Media and China**, pág. 3-7, mar. 2021.